



PORTARIA N.º 051/2014

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXINGÓ
CNPJ: 01.612.618/0001-75

Nomeia a Comissão de avaliação e reavaliação de bens pertencentes ao município de Caxingó-PI e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CAXINGÓ, Estado do Piauí, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR comissão para coordenar os trabalhos de levantamento, avaliação e reavaliação de bens pertencentes ao Município de Caxingó-PI, assim composta:

Francisco Edivan Caldas de Oliveira
CPF: 387.097.673-04
Presidente

Maria Rodrigues de Sousa Santos
CPF: 875.850.063-49
Secretária

Laura Célia Silva
CPF: 306.844.043-20
Membro

Art. 2º. São atribuições da Comissão:

- I. programar, coordenar, orientar, controlar e fiscalizar as atividades referentes ao Patrimônio do Município;
- II. proceder ao levantamento, cadastramento e identificação dos bens móveis e imóveis, utilizando para isso formulário próprio e etiquetas de identificação;
- III. promover o controle dos bens integrantes do acervo do Município, através de seu cadastro central e de relatórios que evidenciem suas alterações, enviados pelas secretarias e órgãos vinculados;
- IV. realizar levantamentos periódicos ou específicos no tocante ao uso e disponibilidade dos bens integrantes do cadastro patrimonial;
- V. realizar o inventário anual dos bens patrimoniais;
- VI. manter registro dos responsáveis por bens patrimoniais;
- VII. orientar as secretarias e órgãos vinculados sobre o correto desempenho de suas funções com relação ao patrimônio público;
- VIII. verificar a inservibilidade de bens do Município para fins de baixa do Patrimônio Municipal;
- I. avaliar sucatas pertencentes ao Município;
- II. reavaliar bens móveis e imóveis pertencentes ao Município para fins contábeis;
- III. excepcionalmente, efetuar baixa de bens para ajuste de incorreções no cadastro do sistema patrimonial, com autorização através de Decreto da Prefeita do Município;
- IV. emitir pareceres sobre a doação de bens móveis, permitida exclusivamente para fins de interesse social, após avaliação de sua oportunidade e conveniência sócio-econômica, relativamente à escolha de outra forma de alienação;
- V. A Divisão de Recursos Humanos do Município deverá solicitar certidão da Coordenadoria do Patrimônio de bens sob a responsabilidade de servidor municipal efetivo ou ocupante de cargo em comissão, previamente à sua exoneração.

Art. 3º. A comissão de levantamento e avaliação poderá, ainda, avaliar os bens móveis que não possuam valor declarado ou registrado, utilizando como parâmetro os preços praticados no mercado e a condição de uso e estado de conservação do bem.

Parágrafo único. Os bens patrimoniais que possuam valores simbólicos ou irrisórios, ou ainda, valores superiores ao valor de mercado serão reavaliados ou depreciados, conforme o caso, a fim de que possam espelhar a realidade.

Art. 4º. A comissão deverá realizar o inventário anual dos bens patrimoniais até o dia 15 de fevereiro de 2014.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Caxingó(PI), em 06 de Janeiro de 2014.

Rita de Rezende Sobrinho
Rita de Rezende Sobrinho
Prefeita Municipal



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXINGÓ-PI
GABINETE DA PREFEITA
CGC: 01.612.618/0001-75

LEI MUNICIPAL Nº 065/2013

CAXINGÓ(PI), 20 DE DEZEMBRO DE 2013

Visa alterar os art. 16,18,20,24 e 29 da Lei Municipal nº 119/2008, nos moldes estabelecidos pela Lei 12.696/2012, que dispõe sobre os Conselhos Tutelares.

Art. 1º Os art. 16,18,20,24 e 29 da Lei Municipal nº 119/2008, passarão a vigorar com a seguinte redação:

Art. 16. O Conselho Tutelar será composto de 05 (cinco) membros escolhidos pela população local para mandato de 04 (quatro) anos, permitida 01 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha.

Art. 18. O Conselho Tutelar terá sede em local designado pelo poder Executivo Municipal, que garantirá nas leis orçamentárias municipais previsão de recursos necessários ao seu pleno funcionamento.

Parágrafo Único. O horário de funcionamento do Conselho Tutelar será de 8hs às 18hs de segunda à sexta-feira, e, em regime de plantão aos sábados, domingos e feriados com escalas de serviços de acordo com as normas internas do conselho.

Art. 20. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 04 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

Art. 24.

§ 1º Ao iniciar o exercício da função, o conselheiro tutelar devere assinar termo no qual constarão as suas responsabilidades diretas e deveres.

§ 2º A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

§ 3º Os conselheiros tutelares empossados no ano de 2011 terão mandato extraordinário até a posse daqueles escolhidos no processo unificado, que ocorrerá no ano de 2015.

§ 4º Não haverá processo de escolha para os conselheiros em 2014.

Art. 29.

VIII – licença maternidade

IX – licença paternidade

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Caxingó-PI, Lei Municipal sancionada nesta data 20 de dezembro de 2013 e registrada sob o número 065/2013

Rita de Rezende Sobrinho
RITA DE REZENDE SOBRINHO

PREFEITA MUNICIPAL

Renato Neres Veras Filho
RENATO NERES VERAS FILHO

Sec. Municipal de Administração